

Tecnologias e metodologias no processo de alfabetização de crianças com transtorno do espectro autista

Technologies and methodologies in the literacy process of children with autistic spectrum disorder

DOI:10.34117/bjdv7n2-666

Recebimento dos originais: 23/01/2021

Aceitação para publicação: 29/02/2021

Samyra Viviane Oliveira Ferreira E Silva

Graduanda em Psicologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN,
Praça Dom João Costa, 511, Santo Antônio, CEP: 59611-120 - Mossoró/RN
E-mail: samyraviviane@yahoo.com.br

Irlany Joise Do Nascimento Silva

Graduanda em Psicologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN,
Praça Dom João Costa, 511, Santo Antônio, CEP: 59611-120 - Mossoró/RN
E-mail: irlanyjoise@gmail.com

Emille Caroline De Souza Mindelo

Graduanda em Psicologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN,
Praça Dom João Costa, 511, Santo Antônio, CEP: 59611-120 - Mossoró/RN
E-mail: emille.csm@gmail.com

Krysnar Sanchuara Fernandes De Oliveira

Graduanda em Psicologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN,
Praça Dom João Costa, 511, Santo Antônio, CEP: 59611-120 - Mossoró/RN
E-mail: ksanchuara@gmail.com

Mara Izadora Santos Quintela

Graduanda em Psicologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN,
Praça Dom João Costa, 511, Santo Antônio, CEP: 59611-120 - Mossoró/RN
E-mail: izadorash@gmail.com

Maria Da Conceição Silva Alves

Graduanda em Psicologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN,
Praça Dom João Costa, 511, Santo Antônio, CEP: 59611-120 - Mossoró/RN
E-mail: ceicalvespsi@gmail.com

Atalija Holanda De Freitas

Graduanda em Psicologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN,
Praça Dom João Costa, 511, Santo Antônio, CEP: 59611-120 - Mossoró/RN
E-mail: atalija30holanda@gmail.com

Francisco Mayceon Passos Costa

Mestrado em Educação, Graduação em Psicologia
Docente pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN,
Praça Dom João Costa, 511, Santo Antônio, CEP: 59611-120 - Mossoró/RN
E-mail: francisco.costa@professor.catolicadorn.com.br

RESUMO

No Brasil existem, oficialmente, orientações que amparam a organização de um sistema educacional inclusivo, com o intuito de promover maneiras democráticas e igualitárias, isonomia, pluralidade e diversidade a todas as pessoas com deficiências. No entanto, ao se depararem com o diferente, os professores e demais pessoas e profissionais envolvidos no processo educacional encontram uma série de entraves. Com relação a crianças em processo de alfabetização, de uma maneira geral, se já é difícil garantir o seu direito à educação integral e de qualidade, essa dificuldade se intensifica quando a criança tem um transtorno como o autismo. Nesse contexto, o presente artigo consiste em um levantamento de informações sobre a alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista - TEA, através de uma pesquisa bibliográfica onde buscou-se compreender alguns aspectos importantes sobre o TEA, as dificuldades em lidar com essa condição no tocante à alfabetização e quais as formas, alternativas, tecnologias e metodologias podem ser utilizadas para superar esses obstáculos e criar possibilidades para um bom desempenho dessas crianças. Com a pesquisa, percebemos que existe um universo amplo de formas diferentes e inovadoras para promover a inclusão de crianças com TEA, quando se dispõe de criatividade e sensibilidade para identificar as particularidades inerentes à subjetividade na aprendizagem e interação dos indivíduos com o transtorno, e identificamos alguns recursos metodológicos adotados hoje, com os quais se obtém êxito na construção e solidificação da aprendizagem.

Palavras-chave: autismo. aprendizagem. inclusão. psicologia. Educação

ABSTRACT

In Brazil there are officially guidelines that support the organization of an inclusive educational system, with the aim of promoting democratic and egalitarian ways, isonomy, plurality and diversity to all people with disabilities. However, when faced with the different, teachers and other people and professionals involved in the educational process encounter many obstacles. About children in the literacy process, in general, if it is already difficult to guarantee their right to integral and quality education, this difficulty intensifies when the child has a disorder such as autism. In this context, the present article consists of a survey of information about the literacy of children with Autism Spectrum Disorder (ASD), through a bibliographical research where it was sought to understand some important aspects about ASD, the difficulties in dealing with this condition in literacy and what forms, alternatives, technologies and methodologies can be used to overcome these obstacles and create possibilities for the good performance of these children. With the research, we perceive that there is a wide universe of different and innovative ways to promote the inclusion of children with ASD, when creativity and sensitivity are available to identify the particularities inherent to subjectivity in the learning and interaction of individuals with the disorder, and we identify some methodological resources adopted today, with which success is achieved in the construction and solidification of learning.

Key-words: autism. learning. inclusion. psychology. education.

1 INTRODUÇÃO

Assumpção; Pimentel (2000) estimaram, com base em sua pesquisa, que de uma a cinco em cada 10.000 crianças apresentam o Transtorno do Espectro Autista - TEA. Já em 2016, Fernandes (2016) trouxe um dado de que o autismo pode ocorrer numa proporção de duas a seis para cada 1000 pessoas. Possivelmente, o salto nesses números não significa necessariamente um aumento na quantidade dos casos, mas um aumento na identificação dos casos. Porém, apesar de já existirem estudos promissores, ainda é um assunto pouco discutido mundialmente.

O TEA é uma condição relacionada a três aspectos do desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo: a comunicação, a linguagem e a interação social. É um transtorno cujo diagnóstico demanda cautela, tendo em vista a singularidade de cada sujeito, os diferentes níveis e sintomas do transtorno e o fato de a ciência ainda não ter explicações para suas causas, além de não haver exames ou testes prontos que determinem a diagnose seguramente.

Essas dificuldades, geralmente, culminam em um diagnóstico tardio, o que prejudica o tratamento e a atenção adequada à situação. Contudo, nos últimos anos, o reconhecimento de alguns sinais característicos ao TEA tem se tornado mais frequente, devido a uma discreta, porém, crescente divulgação desses sinais. Isso favorece o leque de possibilidades para a inclusão da pessoa com autismo. Com o diagnóstico tempestivo, já no início da infância, há mais tempo e recursos para que a criança seja estimulada e sua família se adapte às novas condições demandadas, contribuindo valorosamente para o tratamento e desenvolvimento do indivíduo por toda a vida.

Desta feita, uma grande parcela de crianças com TEA são diagnosticadas na idade escolar e, quando ocorre no período voltado para a alfabetização, surge um enorme desafio para instituições de ensino, pedagogos, professores, psicopedagogos, psicólogos escolares, dentre outros profissionais envolvidos nesse processo: viabilizar possibilidades para conduzir de maneira eficiente a alfabetização para essas crianças que têm uma condição diferenciada na interação e, por conseguinte, na aprendizagem.

A partir dessas considerações é que vem à tona o despertar para a necessidade de estudarmos alternativas para o intermédio da alfabetização de crianças com TEA, tendo em vista todas as particularidades inerentes à subjetividade do sujeito e seu contexto familiar e, ainda, os diferentes graus e variações possíveis do espectro. Então, quais as possibilidades metodológicas que podem auxiliar o professor na alfabetização dessas crianças?

Diante disso, o objetivo deste trabalho é apresentar inovações metodológicas que contribuem para a alfabetização de crianças com o Transtorno do Espectro Autista.

2 METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa qualitativa em que, por meio de uma revisão bibliográfica, pesquisou-se acerca das metodologias que possam auxiliar no processo de alfabetização de crianças que possuem o Transtorno do Espectro Autista.

Para a fundamentação, foram analisados artigos, dissertações, monografias, livros e revistas científicas, encontrados no Google Acadêmico e no Scielo, utilizando os seguintes termos e palavras-chave: Autismo, TEA, alfabetização e letramento, o processo de alfabetização no Brasil e alfabetização para autistas; bem como em legislações brasileiras que amparam os indivíduos com o transtorno.

Também foi utilizada a obra sobre a formação de símbolos na compreensão da criança do ano de 1976, do renomado teórico Jean Piaget, que, com a sua teoria do construtivismo, a qual traz à luz quatro estágios relativos ao desenvolvimento, onde considera-se que a criança precisa passar por essas fases para construir o conhecimento, tornou-se uma referência para o campo do desenvolvimento cognitivo infantil, inclusive no que diz respeito ao aprendizado da leitura e da escrita. Foram pesquisados, ainda, alguns instrumentos descritos pelo Ministério da Educação os quais orientam as diretrizes para a alfabetização na educação formal das crianças.

A pesquisa durou aproximadamente cinco meses. Foram selecionadas fontes publicadas nos últimos vinte anos, tendo em vista a relevância de materiais que foram publicados há mais de dez anos, como algumas orientações para a educação básica, a exemplo do Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado, do Ministério da Educação, de 1999; bem como a necessidade de compreender melhor o percurso do tema estudado, com trabalhos até 2017, como o artigo científico a respeito dos desafios enfrentados no processo de ensino e de aprendizagem por professores de alunos com o TEA, que tem como objetivo apoiar e incentivar o desenvolvimento profissional de professores e especialistas em educação em tempos mais atuais. Tanto o espaço de tempo, quanto a natureza do material pesquisado, possibilitaram a ampliação da discussão da temática, fornecendo mais compreensão a respeito do autismo.

3 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E A INCLUSÃO

Primeiramente, cabe mencionar as delimitações dos termos ‘alfabetização’ e ‘letramento’. De acordo com Lazzaroto (2010), ambos se complementam. Porém, houve e ainda há muita discussão acerca desses conceitos, em função das mudanças ocorridas na sociedade, as quais, naturalmente, refletem na escola, assim como novos conhecimentos científicos contribuem para novas perspectivas sobre a educação formal. Nas palavras da autora:

Alfabetização e Letramento se somam. Um é dar condições ao sujeito de ser capaz de ler, (decodificar) e escrever (codificar) além de fazer uso adequado da língua escrita, significa orientar a criança para o domínio da tecnologia escrita. O outro é resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e a escrever, levando o aluno ao exercício das práticas sociais de leitura e escrita. (LAZZAROTO; 2010, p. 07).

Dessa forma, compreendemos que o aluno alfabetizado é aquele que apreendeu o conhecimento sobre o uso da linguagem por meio da leitura e escrita, a partir do momento em que ele interpreta as funções e os significados da junção das letras, sílabas e fonemas, podendo também passar a emitir mensagens por essa via de comunicação. Enquanto isso, o letramento permite a abstração desses significados para o mundo real e palpável. Ou seja, apesar de serem conceitos distintos, um auxilia o outro numa via de mão dupla e culminam em um marco na trajetória social, cultural e histórica de qualquer pessoa.

Superado o entendimento desses conceitos, é importante entender como se dá, no Brasil, o processo de alfabetização e a maneira como é trabalhado na educação formal, isto é, nas escolas. Porém, é difícil descrever esse processo, o qual vem passando por mudanças significativas ao longo de um curto período de tempo da nossa história, além das diversas facetas e um conjunto de fatores e referências a serem considerados, desde as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs -, até o Projeto Político Pedagógico da Escola de cada instituição, além do contexto de cada sala de aula, em cada região do país. De acordo com o MEC, o foco neste trabalho na educação escolar ocorre nos três anos do Ensino Fundamental I, onde espera-se que, ao final, no terceiro ano, a criança esteja alfabetizada.

O acesso ao primeiro ano do Ensino Fundamental I no Brasil passa a ser obrigatório para crianças a partir dos seis anos de idade, de maneira a permitir que todas tenham acesso para usufruir desse direito, o qual é dever do Estado não só em oferecer, mas também tornar possível o seu exercício. Nesse ambiente, a criança deve ter ao seu alcance um ambiente educativo, salubre, acolhedor e que proporcione um aprendizado

integrado, interdisciplinar, voltado para a alfabetização e letramento associado ao desenvolvimento de diversas formas de expressão (BRASIL, 2013).

No que diz respeito aos alunos com autismo, que trazem consigo uma condição de aprendizagem diferenciada, precisam de uma atenção mais direcionada durante esse processo. Por isso é importante o comprometimento com a diversidade e a inclusão. Trazendo essa preocupação para o contexto escolar da criança, diante da necessidade de ações concretas e atuantes voltadas para essa realidade, foi instituída a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a Lei nº-12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Essa Lei se destina a assegurar o diagnóstico diferenciado precoce, bem como a intervenção tempestiva e adequada da pessoa com autismo e, a partir da sua vigência, o indivíduo com TEA passa a ser considerado com deficiência para todos os efeitos legais (BRASIL; 2012). Em meio a tantas dificuldades das instituições em lidar com as particularidades da pessoa com TEA, muitas vezes pouco conhecidas, fez-se necessário proteger legalmente os seus direitos.

Outro marco para inclusão surgiu mais tarde, com o advento da Lei 13.146 de julho de 2015, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão – LBI. Esse instrumento legal visa a equidade na sociedade e o fortalecimento da garantia dos direitos das pessoas com deficiência, para que lhes sejam ofertadas as condições necessárias, numa perspectiva biopsicossocial, inclusive no campo educacional em todos os níveis (BRASIL; 2015). Para isso, seu texto prevê uma série de medidas relacionadas à acessibilidade, educação e saúde, bem como estabelece punições para atitudes discriminatórias.

Contudo, apesar de esses amparos legais configurarem um grande avanço na busca por uma educação de qualidade e preocupada com a diversidade, não são suficientes para uma inclusão efetiva. É fundamental a existência de políticas públicas que promovam a instrumentalização da inserção, da permanência e, finalmente, da inclusão de fato, de maneira equânime, não somente destinadas às pessoas com alguma deficiência, mas estendidas aos cuidadores e profissionais que lidam com tais pessoas.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEA

A descoberta do Transtorno do Espectro Autista (TEA) surgiu em 1943, não com essa denominação ainda, quando Kanner deu, inicialmente, o nome de "distúrbios autísticos do contato afetivo", pois o quadro era caracterizado como autismo extremo, possessividade, estereotípias e ecolalia. Ele começou a relacionar esse conjunto de sinais

como traços ligados à esquizofrenia (transtorno psiquiátrico complexo caracterizado por uma alteração cerebral que dificulta o correto julgamento sobre a realidade). Em 1956, Kanner continua descrevendo a doença como “psicose”, relatando que todos os laboratórios não foram capazes de fornecer dados confiáveis que explicassem a origem da doença. A partir do ano de 1976, Ritvo relaciona a doença a um déficit cognitivo, um distúrbio do desenvolvimento, mas de cunho cognitivo.

Atualmente, o TEA, popularmente conhecido como autismo, é tido como um transtorno que envolve uma variedade de condições associadas que inclui sintomas e características singulares que podem variar de pessoa para pessoa e conforme os níveis do espectro, e, conforme Fernandes (2016), sempre relacionadas a três eixos: o social, o da comunicação, e o do comportamento e podem ser identificados nos três primeiros anos de vida. Segundo Mendes (2015):

Os indivíduos com TEA podem apresentar diferenças entre si. Entretanto, existem algumas manifestações que possuem características comuns, como: alterações da comunicação, da imaginação e da interação social, padrões restritivos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, comportamentos como movimentar os braços, emissão de sons repetitivos, falta de comunicação visual, dificuldade em mudar rotinas, etc. (p.12).

O TEA também pode estar associado a distúrbios metabólicos em um número relativamente pequeno dos casos. É um transtorno geneticamente heterogêneo e complexo. Ainda não se sabe o que causa nem existem testes laboratoriais específicos para a sua detecção. O diagnóstico é clínico, deve ser totalmente observável através do comportamento do indivíduo e é feito basicamente através das avaliações do quadro clínico da criança.

O número de casos identificados como autismo está em crescente, o que se deve, por grande parte, à uma maior divulgação dos sinais, despertando a preocupação das famílias e profissionais ao se depararem com essas características. Ainda de acordo com Mendes (2015), o transtorno

(...) se caracteriza por um quadro clínico em que prevalecem prejuízos na interação social, nos comportamentos não verbais (como contato visual, postura e expressão facial) e na comunicação (verbal e não verbal), podendo existir atraso ou mesmo ausência da linguagem (p. 12).

Contudo, ainda há dificuldade para o diagnóstico preciso, necessitando muitas vezes da interdisciplinaridade de diversas áreas, como psicólogos, psicopedagogos, pedagogos, fisioterapeutas, psiquiatras, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. Além

disso, frequentemente, muito do que é exposto na mídia sobre o assunto pode deturpar ou confundir as características do autismo para a população, ocorrendo por vezes de maneira distorcida da realidade. Ressalte-se a importância de ser um procedimento feito com exatidão e competência, pois quanto maior o acerto não só do diagnóstico, mas também do nível do espectro e suas singularidades, mais precisas poderão ser as estratégias de intervenção e, conseqüentemente, melhor será a resposta ao tratamento.

5 ALFABETIZAÇÃO PARA ALUNOS COM TEA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Após concluído o diagnóstico do TEA para uma criança em idade escolar de uma maneira geral e, principalmente na fase marcante da alfabetização, a inclusão dessa criança traz todo o diferencial para o seu desenvolvimento. É de grande importância que ela seja inserida na sala de aula regular, e que seja exercido o seu direito legal de aprender de forma integrada, assim como todas as demais. No entanto, são comuns as dificuldades encontradas pelos profissionais envolvidos nesse percurso. Ao inserir uma criança com autismo em sala de aula, muitos professores não sabem como lidar. Porém, felizmente, a preocupação com a inclusão escolar vem crescendo. Em vista de tal mudança, são necessárias estratégias para um novo ensino, adaptando-se desde o ambiente escolar, até o currículo do profissional educador.

Com o intuito de contribuir, nesse sentido, Silva (2016) evidencia a importância do acompanhamento de profissionais de múltiplas áreas extraescolares para acompanhar e direcionar melhor os percursos percorridos para a inclusão da criança com autismo:

É certo que a criança com autismo necessita de maior apoio para desenvolver suas potencialidades e habilidades necessárias para a aprendizagem, para isso o aluno geralmente frequenta atendimentos de outros profissionais da saúde como Psicólogos, Terapeutas Ocupacionais e Fonoaudiólogos no contra turno escolar (p.17).

É muito importante que se tenha esse acompanhamento de profissionais multidisciplinares para que ocorra o processo de desenvolvimento desse aluno, sendo de forma especializada de acordo com sua necessidade, para um bom desenvolvimento não somente cognitivo, mas também físico e motor. São necessários vários olhares para identificar a intervenção eficaz para o desenvolvimento das potencialidades do aluno.

A autora também chama atenção para a possibilidade da figura do Professor Auxiliar em sala de aula. Conforme aponta:

Em alguns casos é necessário ainda que o aluno receba atendimento de mais um profissional da educação como um cuidador ou um professor auxiliar, por exemplo. (...) Professores Auxiliares de Educação Especial que apoiam o aluno com procedimentos e atividades diferenciadas que devem viabilizar a aprendizagem, contudo ainda assim, muitas vezes, permanecem as dificuldades para ensinar os conteúdos escolares aos alunos com autismo (SILVA, 2016, p.17).

Muitas vezes, a diversidade exige um olhar cada vez mais sensível e atento, além de multi tarefas que sobrecarregam o professor, o qual já tem sob seus cuidados um conjunto de atribuições. Assim, o professor auxiliar se torna uma peça fundamental de apoio em atividades diferenciadas, conforme as estratégias utilizadas em sala.

Outro ponto importante a ser mencionado é a busca por entender as particularidades e peculiaridades de cada criança, que, por sua vez, se faz indispensável, já que as necessidades e aptidões de cada um são distintas. A partir do momento em que essa criança com autismo passa a frequentar a escola regular, passam a existir necessidades específicas para a aprendizagem desse aluno. Duas delas são: a redução de alunos por sala e a diminuição do barulho nesse ambiente, já que as crianças com autismo, em geral, são mais sensíveis a sons altos, podendo-lhes causar agitação e desconcentração. Por isso é que a voz mais alta do professor, a sineta da escola, o mover de mesa e cadeiras, o microfone ou qualquer outro tipo de barulho, devem ser, se possível, evitados ou, ao menos, amenizados. Alguns professores usam essa sensibilidade sonora como um aliado na aprendizagem buscando, por exemplo, no canto, um método eficaz.

A partir da compreensão da grande importância do uso de atividades específicas que se adequem às especificidades de cada criança, e sabendo que o TEA possui vários graus de afetação em cada indivíduo, é mister que a abordagem a esse sujeito precisa ser pontual e cuidadosa e por meio da observação de cada criança. Oportunamente, como ressaltam os pesquisadores Monte e Santos (2004), “o aluno com necessidades educacionais especiais, por apresentar autismo, precisa ser ajudado a adquirir conhecimentos que os outros alunos aprendem naturalmente, por isso a importância da seleção de atividades” (MONTE; SANTOS 2004, p. 31).

Assim, é importante que o educador tenha um olhar atento e sensível às formas de aprendizagem do aluno para que possa identificar quais as que são mais cativantes, melhor recepcionadas e a melhor maneira de atrair a atenção desse aluno. Nesse cerne, Walter (2011) mostra que:

A inclusão de alunos com necessidades especiais na classe regular implica o desenvolvimento de ações adaptativas, visando à flexibilização do currículo, para que ele possa ser desenvolvido de maneira efetiva em sala de aula, e atender as necessidades individuais de todos os alunos (p.01).

Nesse sentido, ao tentar criar meios para contribuir na educação de crianças com necessidades educacionais especiais, o Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil) elabora uma cartilha tendo em vista uma maior conscientização do papel da tecnologia na melhoria desse aprendizado e traz a estratégia da Tecnologia Assistiva.

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (GALVÃO FILHO, 2008, p.11).

A Tecnologia Assistiva constitui-se como um importante instrumento de acessibilidade e inclusão, visando unir tecnologia e inclusão em uma ferramenta capaz de atender e auxiliar alunos com necessidades educacionais especiais. Muitos estudos revelam que o uso de aplicativos presentes nos 'tablets' são fortes componentes no processo de desenvolvimento de crianças com algum tipo de deficiência. Essas atividades fazem com que os alunos, a partir delas, possam expandir o contato real com outras pessoas.

Diante da dificuldade da comunicação e interação social, o foco da aprendizagem de alunos com TEA pode ser redirecionado, podendo-se fazer uso de instrumentos de aprendizagem através de imagens, já que há, geralmente, nesses casos, uma percepção visual muito apurada, a qual pode ser amplamente explorada, buscando-se, como resultado, sua independência e proporcionando-lhe uma maior segurança, tanto nas tarefas simples, quanto nas que exigem uma maior habilidade.

De acordo com Carothers; Taylor (2004), existem algumas técnicas que têm certa eficácia para a aprendizagem de crianças com autismo. Dois desses métodos viáveis são: a Modelagem através de gravação de vídeo e a rotina de atividades pictográficas. Na modelagem é feito um vídeo com um aluno que já tenha aprendido e adquirido a habilidade. Esse vídeo é repetido várias vezes até que o aluno tenha internalizado a mensagem. Já nas atividades pictográficas, o aluno usa do recurso da imagem (fotos, desenhos etc.) para seguir as instruções da atividade e completar a tarefa independentemente.

As atividades lúdicas e jogos também são formas de tornar a aprendizagem significativa e bastante dinâmica, pois favorecem o desempenho de diversas habilidades e funções no plano cognitivo. Com base na teoria do desenvolvimento de Piaget, também podemos entender o conceito de jogo como um fazer ou uma participação do sujeito no meio, que lhe permite assimilar e incorporar a realidade. Para esse teórico, os jogos ajudam a construir formas de assimilar a realidade, para que a criança possa incorporar, reviver, dominar e compensar (PIAGET, 1976).

Na educação para uma criança com autismo, os jogos viabilizam a oportunidade de aprender e se divertir, estimular o raciocínio e a construção de novos conhecimentos, além de ajudar no desenvolvimento psicomotor o qual fortalece o desenvolvimento do corpo e dos sentidos, potencializando a cognição motora. Auxilia no desenvolvimento das estruturas mentais, estimula a criatividade e a imaginação. Os jogos também contribuem no desenvolvimento afetivo e emocional e no equilíbrio psíquico e da saúde mental, por ser uma atividade prazerosa que leva a satisfação emocional.

Outra grande contribuição dessas atividades, considerando que a socialização com outras pessoas, geralmente é um processo difícil para as crianças com TEA, é que elas proporcionam a abertura de um caminho para as relações sociais, devido à interação entre as crianças nesses momentos, bem como para a compreensão sobre regras de convivência, além de ajudar a criar laços e promover a confiança interpessoal e intrapessoal.

Por isso, as atividades lúdicas não devem ser vistas como uma forma de ócio ou de mera diversão, pois, muito além disso, elas podem ser um instrumento crucial quando se busca formas de mediar a aprendizagem da criança, ajudando a conhecer suas limitações e possibilidades e no seu amadurecimento, constituindo uma prévia importante para as estruturas mentais, comportamentais e sociais que são pré-requisitos fundamentais para o início do processo de alfabetização.

Dentro dessa perspectiva também podemos contar com o alfabeto móvel, o qual pode ajudar valiosamente na forma como o aluno vê o alfabeto, como uma alternativa do que pode ser considerado uma forma engessada que é a tradicional, permitindo a sua percepção sob diferentes ângulos, podendo ser expandida para montagens de palavras e formação de frases. É uma forma de interação do aluno com as letras, levando a novas descobertas que ajudam na interação com os colegas, quando se trabalha com alfabetos coletivos. Neste último caso, estimula-se também a interação de grupo e a troca de experiências. Os professores podem, ainda, levar para a sala de aulas materiais para que eles possam confeccionar seus próprios alfabetos, levando a criança a desenvolver a

coordenação motora e cognitiva. É importante que o educador acompanhe de perto essa atividade, e auxilie nessa tarefa, podendo, eventualmente, dar dicas para conduzir a formação das letras/palavras/frases que estão sendo construídas.

Por fim, cabe acrescentar que, nesse cenário abrangente, não é apenas a escola e os demais profissionais envolvidos no processo educacional que devem buscar soluções e alternativas para viabilizar a interação e aprendizagem das crianças com autismo. Antes de tudo, a principal responsabilidade e contribuição devem partir da família e/ou dos seus cuidadores. Pois é no seio familiar onde tudo se inicia e a fonte principal de afeto essencial para o desenvolvimento da criança. E, sobretudo, a integração de ambos os lados faz toda a diferença.

Para complementar, utilizamos as palavras de Cunha (2014) para ressaltar que:

O bom preparo profissional possibilita ao educador a isenção necessária para avaliar a conduta do aluno e da família no auxílio da recondução das intervenções, quando elas não alcançam os resultados esperados no ambiente familiar ou na escola. Reuniões periódicas com os pais, relatórios, troca de informações e observação constante dos exames médicos laboratoriais fornece substancial ajuda (p. 90).

Dessa forma, uma boa interação da família com a escola, direção e professores, assim como com os demais profissionais envolvidos no mesmo fim, é muito importante para que haja uma melhor comunicação e, por conseguinte, o desenvolvimento efetivo da criança. Nada é feito de maneira isolada e individual. É necessário o bom funcionamento de um conjunto de fatores e de todos os atores envolvidos para que esse aluno possa se desenvolver, de acordo com o seu tempo, seu potencial e suas particularidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem, atualmente, vários tipos e meios de abordagens para mediar o aprendizado de uma criança com Transtorno do Espectro Autista no processo de alfabetização, assim como das demais nos primeiros anos escolares. Algumas delas vistas em literaturas e outras vivenciadas no dia a dia por professores e demais profissionais da educação. Então, apesar dos diversos obstáculos que ainda podem ser encontrados nesse caminho, o que há algum tempo pode ter sido erroneamente considerado algo além das capacidades e obrigações das instituições de ensino, hoje já se compreende que, mais do que possível, a alfabetização é um direito dessa criança.

Porém, como mostrou este estudo, inserir crianças com autismo na sala de aula regular traz, tanto a necessidade de a escola/professor conhecer as inevitabilidades

especiais que essas crianças precisam, quanto da eficácia de uso de ferramentas didáticas indicada para cada situação, sempre considerando a subjetividade inerente ao ser humano. E isso exige além da formação adequada para cada profissional envolvido, a sensibilidade para reconhecer e aplicar o seu conhecimento e flexibilidade para as inovações que podem se fazer necessárias no decorrer do percurso, seja pela forma e o momento de utilização dos instrumentos, ou recorrendo à ajuda da tecnologia, visando a facilitar a condução da aprendizagem.

Observamos a grande contribuição que a Tecnologia Assistiva pode oferecer e que metodologias com jogos lúdicos, alfabeto móvel, tablet, modelagem e atividades pictográficas, entre outras, são alternativas viáveis e que estimulam a interação com os colegas e, portanto, seria interessante a realização pesquisas que testem a eficiência de todas elas de maneira integrada com crianças em processo de alfabetização, respeitando, evidentemente todos os critérios éticos necessários, pois alguns deles são pouco encontrados na literatura. No caso do alfabeto móvel, por exemplo, pouco encontramos sobre sua utilização para o fim estudado, o que não impede a possibilidade provável de ser largamente utilizado e com bons resultados na prática. Daí a importância de ser analisado sob esse viés.

Com a pesquisa, compreendemos, contudo, que não existe uma receita pronta que possa ser seguida por todos e trazer os mesmos resultados. É necessário que se tenha uma percepção do que cada criança está mais propensa a aprender e qual a melhor estratégia para conduzir o processo. Algumas metodologias podem ser eficientes para uma criança e, ao mesmo tempo, para outra, não trazer boas respostas. Diante de tamanha diversidade encontrada dentro do espectro, uma adequação direcionada a cada subjetividade é indispensável para que se trabalhe de acordo com a necessidade de cada um.

É importante frisar, ainda, que não significa que, apenas com esses esforços, sempre obter-se-á o retorno esperado. Além de tudo, ainda são muitas as dificuldades com o sistema educacional. Geralmente, faltam os recursos necessários para oferecer a esse aluno uma boa qualidade e o suporte adequado para o ensino. Nessa realidade, ainda se tem uma lacuna entre as leis, teorias, práticas, investimentos e formação adequada para os profissionais, a qual as escolas precisam lidar. Tudo isso gera uma cadeia de problemas que angustiam a família e os profissionais preocupados com a inclusão efetiva dos alunos que precisam de todo esse suporte. Não menos importante, ressalte-se, que há consideráveis diferenças no incentivo entre escolas públicas e privadas, pois são evidentes as desigualdades que permeiam entre uma e a outra.

Por fim, entende-se que é indispensável primar pela inclusão da criança diagnosticada com TEA não somente no ambiente escolar, mas principalmente pela família e em seu contexto social mais amplo, sempre considerando-se que as limitações e a diversidade fazem parte da condição humana, que sempre haverá um leque de possibilidades para lidar com as dificuldades e que a convivência com outras pessoas só tem a contribuir com a superação mútua dos obstáculos que surgem na trajetória do desenvolvimento de qualquer sujeito, não somente dos alunos com autismo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, G. Z.; PEREREIRA, J. **Os desafios enfrentados no processo de ensino e de aprendizagem, por professores de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. XV Jornada Científica dos Campos Gerais Pesquisa e Direitos Humanos. Ponta Grossa, 2017.

ASSUMPÇÃO JÚNIOR, F.B.; PIMENTEL, A. C. M. Autismo infantil. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v.22, s.2. São Paulo, 2000.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p.

BRASIL, **Lei Nº 12.764**, de 27 de Dezembro de 2012. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BRASIL, **Lei Nº 13.146**, de 6 de Julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. – Brasília: A Secretaria, 1999. 134p.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

FERNANDES, Alexandra Aurélia Sanches. **Autismo: Ensinar aprendendo e aprender ensinando**. Votuporanga, 2016.

GALVÃO FILHO, T.A; DAMASCENO, L.L. **Tecnologia assistiva nas escolas: recursos básicos de acessibilidade sócio digital para pessoas com deficiência**. São Paulo: Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil), Microsoft / Educação, 2008.

LAZZAROTTO, E. F. S. **Alfabetização e Letramento**. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Três Cachoeiras, 2010.

MENDES, M. A. S. **A importância da ludicidade no desenvolvimento de crianças autistas**. Monografia (Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

NUNES, A. N. B. de A. **O uso do tablet como ferramenta de apoio a inclusão e alfabetização de crianças autistas**. 2014. 41 f., il. Monografia (Especialização em Gestão Escolar) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

PIAGET, Jean. **A formação de símbolo na Criança: Imitação, jogo, imagem e representação**. Trad.: CABRAL, Álvaro; OITICIA, Cristiane. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SILVA, V. F. **A presença de alunos autistas em salas regulares, a aprendizagem de ciências e a alfabetização científica: percepções de professores a partir de uma**

pesquisa fenomenológica. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru, 2016.

SANTOS, M. de O.; ZACARIAS, J. da C.; BARBOSA, A. M. **Aprendizagem e Transtorno do Espectro Autista - TEA: experiências vivenciadas através do projeto ABC do TRATE** 2015. VI Encontro Alagoano de Educação Inclusiva/ I Encontro Nordeste de Inclusão na Educação Superior. Alagoas, 2015.

WALTER, Cátia Crivelenti de Figueiredo. **A comunicação alternativa no contexto escolar inclusão de pessoas com autismo.** Curso de Formação inicial e continuada de professores da Baixada Fluminense para a inclusão de pessoas com NEE na educação básica e no ensino superior – Promovido pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, p. 1-8, 2011.